

BOLETIM INFORMATIVO

Núcleo Especializado de
**Cidadania e
Direitos Humanos**



01 de junho a 31 de julho
de 2023



O Informativo do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH) da Defensoria Pública de São Paulo (DPESP) apresenta as principais atividades desenvolvidas no período.

EDITORIAL: A litigância estratégica no STF e os direitos da população em situação de rua

Em 25 de julho de 2023, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, concedeu liminar no âmbito da ADPF 976, também conhecida como ADPF da POP RUA, a fim de determinar: i) que os estados, o Distrito Federal e os municípios passem a observar, imediatamente e independentemente de adesão formal, as diretrizes do Decreto Federal 7.053/2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua; ii) que o governo federal, no prazo de 120 dias, elabore um plano de ação e monitoramento para a efetiva implementação da política nacional para a população de rua, com medidas que respeitem as especificidades dos diferentes grupos familiares e evitem sua separação; iii) a proibição do recolhimento forçado de bens e pertences, a remoção e o transporte compulsório de pessoas em situação de rua e o emprego de técnicas de arquitetura hostil contra essa população e iv) a efetivação de medidas que garantam a segurança pessoal e dos bens das pessoas em situação de rua dentro dos abrigos institucionais existentes, inclusive com apoio para seus animais.

A Coordenadora do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, a defensora pública Fernanda Balera, foi expressamente citada pelo ministro do STF em sua decisão:

Nesse sentido, cito o depoimento de Fernanda Penteadó Balera, Coordenadora Auxiliar do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo: O que se nota é que, expressando em um profundo desprezo por seres humanos em situação de extrema pobreza, num lamentável misto de higienismo social com aporofobia, os agentes públicos subtraem e destroem os poucos bens e pertences das pessoas; documentos pessoais e receitas médicas são destruídos. As pessoas não são informadas da destinação dos seus bens, nem tampouco o que precisam fazer para reavê-los. Patrícia, outra vítima dessa ação de 2020, disse-me o seguinte: 'A gente mora nas calçadas, todo mundo é igual. Agora, uma coisa eu vou dizer, as pessoas tiram as coisas da gente, é barraca, é tudo. Não pode ser assim! Dá um valor à gente!'

A decisão é um avanço na garantia dos direitos da população em situação de rua, tendo sido central a realização de Audiência Pública no âmbito da ADPF, a fim de que o Ministro relator, na tomada de decisão, pudesse levar em consideração a narrativa das pessoas com trajetória de rua sobre as violações de direitos que as afetam.

Veja mais sobre a decisão [aqui](#);

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

**Atendimento Itinerante à Pop Rua
Noturno no Pateo do Colégio e Tenda da
Marechal Teodoro - 73 atendimentos
realizados.**

Na noite do dia 22/06 e do dia 27/07, o NCDH realizou atendimento jurídico voltado à população em situação de rua, em razão das baixas temperaturas do inverno no capital paulista. O atendimento foi realizado na região central de São Paulo, no Pateo do Colégio e na Tenda da Marechal Teodoro, e, ao todo, foram atendidas 73 pessoas, com demandas diversas, como busca por documentação pessoal, direito de família, cível e criminal.

Além da assistência prestada, a Defensoria também compilou informações sobre o público atendido e as razões destas pessoas estarem em situação de rua. No Pateo do Colégio, entre os motivos elencados para situação de rua, 62% dos atendidos/a informaram que a sua situação se deve a perda de emprego e renda e 23% apontou os conflitos familiares. Ainda, 60% dos atendidos se declararam pardas, enquanto 27% se declararam pretos. Por sua vez, na Marechal Teodoro, 61% das pessoas estavam sendo atendida pela Defensoria Pública pela primeira vez, sendo que os principais motivos declarados para estarem em situação de rua, informaram: Perda de emprego e renda (22%); Conflitos familiares (30%); Perda de moradia (18%); Dependência de álcool e outras drogas (22%) e egresso do sistema prisional (13%).



POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Participação na audiência pública em São Bernardo sobre os Direitos da População em Situação de Rua

No dia 28/06/2023, representado pelo Agente de Defensoria Wilherson Carlos Luiz, o NCDH participou da Audiência Pública para tratar sobre o tema: “violência contra população de rua em São Bernardo do Campo.”

O evento contou com a participação do Procurador do Estado de São Paulo, Eduardo Valério; Camila, do Defensor Público da Unidade de São Bernardo do Campo; Felipe Capra, Coordenador Nacional do Movimento da População em Situação de Rua, Darcy Costa; do representante da Coordenadoria da População em Situação de Rua do Ministério de Cidadania e Direitos Humanos Secretaria de Governo do Ministério de Cidadania e Direitos Humanos, Anderson Miranda e Thiago Quintanilha, coordenador do movimento de População de Rua do ABC. Dentre os principais temas abordados na oportunidade, elencamos: violência por parte da guarda municipal, ausência de vaga fixa em equipamentos de acolhimento da assistência social; denúncias em relação a implementação da política de acolhimento, dentre os quais a ausência de escuta e individualização das necessidades, ausência de elaboração do Plano Individual de Atendimento; alimentação de baixa qualidade entre outros temas.

Mutirão POP Rua em Santos



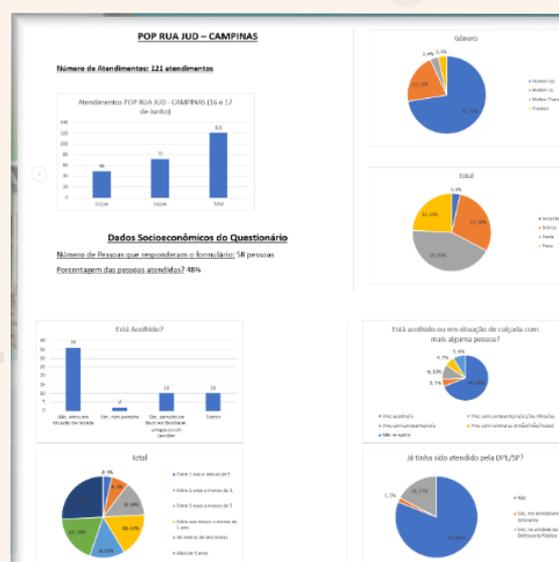
No dia 28 de junho, o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, representado pela defensora Fernanda Penteado Balera, participou do Pop Rua Santos, no litoral de São Paulo. Em conjunto, defensoras e defensores de outras unidades prestaram atendimento à população em situação. Nessa oportunidade, foram realizados 156 atendimentos, assim como compilou dados sobre os atendimentos realizados. Dentre as 121 pessoas que concordaram em responder o formulário de atendimento, a média de idade foi de 31 a 49%, 69% homens, 71% pretos e pardos, 47% em situação de calçada. Por sua vez, a 50% das pessoas relataram já terem sofrido violência por estarem em situação de rua.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Pop rua jud Campinas - núcleo deu suporte aos atendimentos

No dia 13/07, o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, representado pela Defensora Pública Surrailly Fernandes Youssef, participou dos dois dias de Mutirão Pop Rua Jud – Campinas, para prestar auxílio aos defensores locais. Nesse evento, a Defensoria Pública realizou atendimento jurídico voltado à população em situação de rua, sendo que foram atendidas 121 pessoas, ao todo, com demandas diversas, como busca por documentação pessoal, direito de família, cível e criminal.

Além da assistência prestada, a Defensoria também compilou informações sobre o público atendido. Dentre as pessoas que responderam o formulário aplicado no dia (58 pessoas no total), 25% se declararam pardas e 14% se declararam pretas. Ainda, do total de entrevistados, 36 pessoas informaram estar em situação de calçada. Por fim, 40% daqueles que responderam ao formulário informaram viver sozinhas nas ruas.



CRACOLÂNDIA

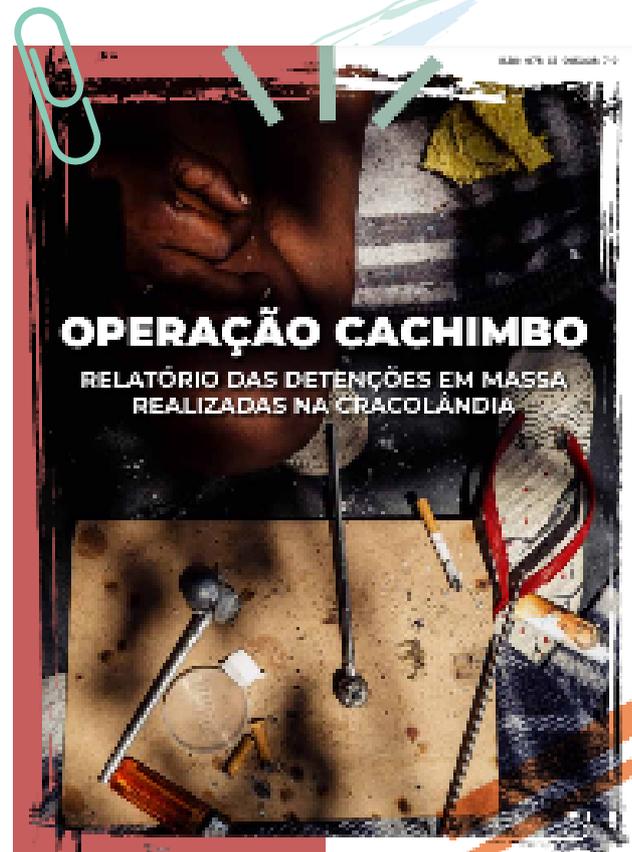
NCDH lança relatório sobre as detenções em massa realizadas na Cracolândia, durante a Operação Caronte.

No dia 27/07, foi publicado o estudo “Operação cachimbo: Relatório das detenções em massa realizadas na Cracolândia”, produzido pelo NCDH em conjunto com as pesquisadoras, Taniele Rui e Luisa Plastino.

A pesquisa teve por objeto a análise das 641 detenções de usuários de drogas realizadas entre setembro e novembro de 2022 na região da Cracolândia, em virtude da fase VI da denominada Operação Caronte promovida pela polícia civil do Estado de São Paulo. Dentre as pessoas detidas, cerca de 63,7% eram negras (soma de pretos e pardos), 30,7%, brancos, 0,2%, amarelos e 4,5%, sem informação. A narrativa da Polícia para justificar a operação foi a de combate do uso de drogas nas vias públicas por meio da prisão de usuários por suposta ofensa ao artigo 28 da Lei de Drogas (Lei 11.343/2006). Contudo, Em 73,6% dos casos analisados, foram encontrados apenas “resquícios e sujidades” de substâncias ilícitas, obtidas a partir das amostras dos cachimbos periciados. O cachimbo como mediador da relação entre usuários/as de drogas e o poder público é compreendido como parte do processo de desumanização das pessoas que fazem uso abusivo de entorpecentes resulta nas violações de direito expostas pela pesquisa.

Assim, em face do princípio da insignificância e da mínima intervenção do direito final, em 90% dos casos houve trancamento ou arquivamento do termo circunstanciado pelo judiciário paulista, o em razão do reconhecimento ilegalidade das detenções.

A pesquisa concluiu, após análise de informações obtidas junto à Secretaria Municipal de Saúde sobre os encaminhamentos de saúde realizados a partir da Delegacia, que uso da justiça criminal e da repressão policial obstaculiza e não favorece o acesso às políticas de saúde e assistência social, para as quais é central a construção de vínculos e o respeito à singularidade.



CRACOLÂNDIA

A pesquisa foi divulgada por diversas mídias, dentre as quais, CBN, G1, UOL, dentre outras, veicularam a iniciativa do NCDH.

Nas palavras da Defensora Fernanda Balera em entrevista para o jornal CBN: “A ideia da pesquisa é poder fazer um debate, com base em evidências, e discutir que a questão ali é social e é necessário um conjunto de políticas públicas articuladas e permanentes”

[Confira aqui!](#)

EVENTOS E REUNIÕES

Encontro sobre Centros de Referência para Familiares de Pessoas Desaparecidas no Brasil

O Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, representado pela Defensoria Pública Cecília Nascimento ferreira, em conjunto com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da Coordenadoria-Geral de Promoção da Dignidade da Pessoa Humana (COGEDPH/MPRJ), participou, nesta terça e quartas-feiras (13 e 14/06), do I Encontro sobre Centros de Referência para Familiares de Pessoas Desaparecidas. Promovido pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), na cidade de São Paulo. O evento reuniu representantes da sociedade civil e de diversas instituições e órgãos envolvidos com as questões dos desaparecidos, buscando compartilhar experiências e aprimorar as estratégias de atuação nessa área.

Confira mais sobre o evento [aqui!](#)





EVENTOS E REUNIÕES

Audiência pública segurança no largo São Francisco



O Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos participou na manhã do dia 31 de maio de Audiência Pública realizada na Faculdade de Direito da USP, para discutir a segurança da Faculdade de Direito, bem como dos prédios circunvizinhos, localizados na região central de São Paulo. O debate foi organizado pela representação discente em conjunto com a diretoria, com o Centro Acadêmico XI de Agosto, a Atlética XI de Agosto, a Associação dos Antigos Alunos da FDUSP, a Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama entre outras instituições e grupos de estudos da Universidade.

Nessa oportunidade, a Dra. Surrailly Youssef enfatizou a importância de construir um diálogo com a comunidade local sobre o tema, em especial, as pessoas negras, periféricas, transgêneros, e as pessoas em situação de calçada e/ou de rua que são as principais afetadas por uma política de segurança repressiva e violadora de direitos.

Reunião com o movimento das mães de maio:

No dia 01 de Junho, em Brasília-DF, o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, se reuniu com diversas instituições e organizações da sociedade civil para discutir sobre a letalidade policial e receber o movimento "Mães de maio". O NCDH também participou da reunião, a fim de contribuir com o histórico de atuação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo na temática. Na reunião, as mães de vítimas de violência estatal relataram o adoecimento devido às perdas e à falta de políticas públicas no campo da saúde e assistência social para o atendimento a essas mulheres e famílias. Além disso, cobraram uma resposta do Estado sobre o arquivamento de casos pelo Ministério Público. Em sua fala, o Ministro da Justiça ratificou que a pauta seria prioritária durante o governo.

"Lei Mães de Maio" - discussão do PL nº 2999/2022 - 31/05/2023 NCDH na audiência da comissão de Direitos Humanos, minorias e igualdade racial

No dia 31 de maio, o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, representado por sua coordenadora Fernanda Balera, participou da audiência pública promovida pelo Congresso Nacional, em Brasília-DF, a fim de discutir o Projeto de Lei 2.999/2022, que estabelece um Programa de Enfrentamento aos impactos da violência institucional e revitimização de mães e familiares das vítimas e/ou vítimas sobreviventes de ações violentas, por meio da atenção social integral. No evento, a Defensoria Pública apresentou nota técnica sobre o Projeto de Lei, reforçando a importância de sua aprovação e implementação, uma vez que busca amparar as vítimas diretas e seus familiares que sofreram as consequências da violência estatal considerando suas especificidades.





EVENTOS E REUNIÕES

27/06: reunião com GAESP/MPSP, mães de maio e conectas sobre crimes de maio e atendimento as vítimas de violência de Estado

No dia 27 de junho, a Coordenadora do NCDH, Fernanda Balera, participou de uma reunião com o GAESP/MPSP (Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública), junto ao movimento social "Mães de Maio" e à organização não governamental CONECTAS, a fim de discutir e relembrar os crimes de maio. Além disso, o encontro voltou-se à pauta de atendimento especializado às vítimas de violência de Estado.



Curso para Defensores, Sociedade Civil e órgãos de controle organizado pelo CNJ, TJCE e DPE/CE para discutir mecanismos de prevenção e combate à tortura

O NCDH, em conjunto com a organização Conectas Direitos Humanos, participou do Curso de Formação em Prevenção e Combate à Tortura e Inspeções Prisionais, realizado pelo Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) em colaboração com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Durante o curso, foram abordados vários tópicos relacionados à prevenção e combate à tortura, incluindo estratégias práticas, normativas nacionais e internacionais, vulnerabilidades de gênero e raça no Sistema de Justiça, além de ferramentas e fluxos para apuração de casos de tortura e maus-tratos.



EVENTOS E REUNIÕES



Participação do NCDH na revisão do Brasil no Comitê de Direitos Humanos, órgão do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e reunião com a delegação brasileira depois da sessão com organizações da sociedade civil

Na segunda e na terça-feira do dia 26 e 27/06, representado pela Defensora Cecília Ferreira, o NCDH participou da 3ª revisão do Brasil sobre o cumprimento das obrigações contraídas pela ratificação do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, no âmbito do Comitê de Direitos Humanos.

Na oportunidade, o NCDH pode compartilhar com peritos do Comitê de Direitos Humanos o relatório elaborado com a finalidade de subsidiar a revisão do Brasil pelo órgão.

A revisão do Brasil teve como pauta questionamentos referente às ações de combate à pandemia; violência de gênero e contra população LGBTQIA+; violência policial e situação carcerária; combate ao discurso de ódio Fake News e violência política; combate à corrupção; legislação sobre terrorismo; proteção a defensores de direitos humanos e ambientais; direitos dos povos indígenas e direitos territoriais; racismo e direitos da população afrodescendente; falhas no funcionamento do sistema de justiça; e ao combate do trabalho escravo. Acesse o relatório [aqui!](#)



3ª Edição do Rolezinho, com lançamento da pesquisa "O panorama das juventudes nas Ocupações" e o lançamento da exposição fotográfica itinerante do Rolezinho.

No dia 29 de julho de 2023, foi realizado, no Espaço Cultural da Ocupação na avenida São João, a 3ª Edição do Rolezinho. A iniciativa contou com participação do NCDH, NEIJ, Neahurb e Atendimento Inicial Especializado da DPE/SP. Nessa edição foi lançada a pesquisa "O panorama das juventudes nas Ocupações", assim como a exposição fotográfica itinerante do Rolezinho.

A pesquisa foi publicada em parceria com as seguintes organizações:

Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos (CGGDH); Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP); Museu da Língua Portuguesa (MLP); Pinacoteca do Estado de São Paulo; Sesc Bom Retiro; Ocupações de moradia; Frente de Luta por Moradia (FLM); Associação Capitão Salomão; Movimento de Moradia na Luta por Justiça (MMLJ); Movimento de Moradia do Centro (MMC); Movimento de Moradia e Inclusão Social (Inclusa)





VIOLÊNCIA ESTATAL

Denúncias de tortura e maus-tratos triplicaram no estado de São Paulo

Conforme noticiado pelo jornal Agência Brasil, o número de denúncias de violação de direitos, castigos, maus-tratos e ameaças, sofridos por pessoas encarceradas triplicou em 2023 no estado de São Paulo. O Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, em conjunto com o Núcleo de Situação Carcerária, encaminhou em abril de 2023, relatório ao Comitê contra Tortura, responsável por monitorar o cumprimento das obrigações derivadas da Convenção contra Tortura e outros Tratamentos Cruéis Desumanos e Degradantes. O documento pode ser acessado em: <https://www.defensoria.sp.def.br/documents/20122/da2e9ebb-59a9-5ae0-960b-66f9f983647a>.

Em entrevista à Agência Brasil, a coordenadora auxiliar do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública de São Paulo, Surraily Youssef, avaliou que a maior investigação que se faz em casos de violência cometida por agentes do estado não é da conduta do policial, por exemplo, mas da conduta da pessoa que foi presa. “O que a gente percebe é que há ainda uma desvalorização da narrativa sobre violência das pessoas que já tiveram em algum momento algum contato com a Justiça Criminal e é essa cultura que nós precisamos reverter e combater para que aquela narrativa seja central para dar início aos mecanismos de apuração”,



Conversa com familiares das vítimas de violência de estado

Em 14 de junho de 2023, o NCDH participou juntamente com a UNIFESP, CAAF e FGV, de uma conversa sobre o direito à reparação com as vítimas de violência de estado. Estavam presentes na ocasião representantes dos movimentos Mães de Maio, Castelinho, Chacina de Osasco e Paraisópolis, assim como também os sobreviventes do Massacre Carandiru.



Audiência de Instrução Criminal – Caso de Paraisópolis.

O Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, em conjunto com o Núcleo da Infância e Juventude, atuou em assistência à acusação na primeira audiência de instrução criminal que apura a responsabilidade criminal dos policiais militares pelo Massacre de Paraisópolis. Destaca-se que os núcleos especializados, em parceria com o CAAF-Unifesp apresentou aos autos um relatório em que aponta inconsistências na versão da Polícia Militar, apontando uma série de evidências, obtidas, inclusive, em gravações de vídeo, que mostravam que os policiais encurralaram jovens em uma viela da comunidade e que as vítimas morreram por asfixia.



NCHD na mídia

Defensoria Pública de São Paulo reconhece o trabalho e a importância da atividade realizada pelos catadores e catadoras da COPMARE.

Prefeitura de São Paulo quer despejar Cooperativa referência na coleta seletiva.

A Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (Coopamare) responsável por coletar mensalmente 90 toneladas de resíduos em São Paulo, foi notificada pela prefeitura a desocupar no prazo de 15 dias o local em que está instalada, sob a alegação que ocupa área municipal de maneira irregular.

A Defensoria Pública familiarizada com as atividades da cooperativa, reconhece a importância histórica e atual do trabalho realizado pelas catadoras e catadores, que há mais de 30 anos contribuem para a preservação do meio ambiente e também para reinserção social de cooperados em situação de rua.

Em entrevista ao jornal GGN o defensor público Dr. Paulo Alvarenga disse que o município “sempre contou com o trabalho de coleta seletiva feito pelas catadoras e catadores na cidade, inclusive, os catadores avulsos, que têm na Coopamare sua referência profissional e de pertencimento à cidade”. E destacou a lei 12.305/2010 que os reconhece como agentes fundamentais da gestão integrada de resíduos sólidos.

10 Anos de Junho de 2013 - evento organizado pelo artigo 19 para discutir direito a manifestação

O NCDH, representado pela Defensora Pública Cecília Nascimento Ferreira, participou do evento “10 anos de Junho de 2013: desafios para a democracia nas ruas e nas redes”, organizado pela Artigo 19, no qual também foi lançada a Campanha #LivreParaProtestar. A ação, que é uma mobilização internacional dos escritórios da ARTIGO 19, busca discutir a importância da efetivação do direito de protesto e alertar sobre as restrições que vêm avançando no mundo em relação a manifestações, destacando sua relação com a liberdade de expressão, democracia e a conquista ou defesa de outros direitos.

Durante o evento, foram discutidos os legados das manifestações de junho de 2013, as violações de direitos e a importância do testemunho, bem como estratégias de atuação prática na defesa da liberdade de expressão e do direito ao protesto.

DESASTRES AMBIENTAIS

Atendimento as famílias realocadas em Bertioga após serem atingidas pelas chuvas em São Sebastião

Em fevereiro deste ano mais de 300 famílias ficaram desabrigadas devido às fortes chuvas em São Sebastião, litoral de São Paulo. O NECDH participou do mutirão realizado em Bertioga, cidade onde a população foi realocada no dia 24 de junho, para esclarecer dúvidas sobre processos em andamento, identificar novas demandas e violações de direitos. A DPE orientou sobre o direito à moradia e ao financiamento habitacional. Na ocasião, demandas na área de direito de família, pedidos de medicamentos e de vagas em creche também foram recebidas. Ao total, 86 pessoas foram atendidas.





SAÚDE



STF autoriza o cultivo de Cannabis Sativa em casa para fins medicinais.

A pedido da Defensoria paulista, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) autorizou uma mulher com doença de Crohn, fibromialgia e artrose no quadril a cultivar, em sua casa, cannabis sativa (maconha) para fins medicinais. A decisão favorável foi concedida após o Tribunal de Justiça de São Paulo negar a renovação do salvo-conduto para que ela cultivasse a planta medicinal, como vinha ocorrendo desde 2021, quando ela obteve autorização.

Na decisão da 5ª Turma do STJ, o ministro relator, Ribeiro Dantas, afirmou que, diante da falta de regulamentação acerca da quantidade de pés de cannabis a permitir o cultivo, “torna-se injustificável a criminalização de condutas voltadas à proteção do direito à saúde e da dignidade da pessoa humana, razão pelo qual o salvo-conduto, não obstante configure um instrumento precário, servirá, por ora, para garantir o direito da paciente”.

O caso contou com atuação das coordenações dos Núcleos de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria, Segunda Instância e Tribunais Superiores, do defensor público Bruno Baghim e do agente de Defensoria Pública Marcos Antonio Barbieri Gonçalves.

OUTRAS TEMÁTICAS

Visita técnica espaço e memória Carandiru

O Espaço Memória Carandiru é um espaço que tem como objetivo salvaguardar a memória do Complexo Penitenciário Carandiru, bem como das pessoas que permaneceram privadas de liberdade nesta unidade prisional. Tendo em vista a importância da construção do direito à memória, verdade e justiça em relação ao Massacre do Carandiru, no dia 30/05/23, em parceria com o NESC, o NCDH fez uma visita técnica no espaço para conhecer e pensar em conjunto com os sobreviventes do massacre em possíveis caminhos para garantir memória e verdade.





PARA VER, LER E OUVIR

PARA LER

Milton Santos é o homenageado da 59ª edição da Ocupação Itaú Cultural

Confira a exposição sobre um dos maiores pensadores Brasileiros.

Em sua quinquagésima-nona EDIÇÃO, a ocupação Itaú cultural homenageia Milton Santos, o ilustríssimo professor e geógrafo brasileiro, que ficou conhecido no mundo inteiro pela sua produção intelectual. A exposição que traz a trajetória de vida do geógrafo, acervo de imagens, manuscritos, textos datilografados por ele e livros de sua autoria, ficará disponível gratuitamente para os visitantes até o dia 8 de outubro, e <https://www.itaucultural.org.br/secoes/agenda-cultural/milton-santos-homenageado-ocupacao-itaucultural>

CONFIRA
AQUI!

O Trecheiro - junho - baixe:

<https://rederua.org.br/acervo-2023/>



O Jornal “O treicheiro” lançou a sua 283 Edição. Em sua capa, registra-se a manifestação do dia 12 de maio em frente à prefeitura de São Paulo: “Se barraca não é lar, moradia já!”.

No editorial, a defesa de uma prioridade: “Será que não está na hora de se fazer uma revolução nessa política mesquinha e reprodutora da miséria?” Vida no trecho: a história da Dora Elisa, uma colombiana.: “Não falava o idioma, era negra, estrangeira, as pessoas supunham que eu estava tirando o trabalho de outras pessoas no Brasil.”

PARA VER, LER E OUVIR

PARA LER



NA LINHA DE FRENTE: VIOLÊNCIA CONTRA DEFENSORAS E DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

" Defender direitos humanos no Brasil é caso de polícia, de justiça e, em muitas vezes, de vida ou morte". Essa foi a grande conclusão do relatório "Na linha de frente: violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil (2019 a 2022)", produzido pelas organizações brasileiras Terra de Direitos e Justiça Global.

De acordo com o estudo realizado, foram mapeados 1.171 casos de violência contra defensoras e defensores de direitos humanos entre os anos de 2019 e 2022, sendo registrados 169 assassinatos no período. Dos assassinatos, 78,5% das vítimas eram ativistas das causas ambientais, 4,8% pelos direitos da população LGBTQIA+ e 3,7% dos direitos humanos em geral. Em relação às vítimas das violências documentadas, se destaca o fato de que os indígenas foram vítimas em mais de ¼ dos casos de violações registrados na pesquisa.

Criado no primeiro mandato do Governo Lula, em 2004, a primeira versão de um Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, decorreu da demanda das organizações envolvidas no CBDDH (Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos), criado no mesmo ano. Conforme afirmou Sandra Carvalho, atuante na organização Justiça Global, o programa ficou fragilizado ao longo dos últimos anos, esvaziado de recursos e vive um processo de desestruturação. Isso muito pelo cenário de proliferação de discursos de ódio na política.

Em 2023, a partir do Decreto no 11.562, foi instituído o Grupo de Trabalho Técnico Sales Pimenta no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, a fim de que, em diálogo com a sociedade civil, movimentos sociais e demais atores envolvidos, seja elaborada proposta do Plano Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, aos Comunicadores e aos Ambientalistas, bem como uma proposta de anteprojeto de lei sobre a Política Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, aos Comunicadores e aos Ambientalistas. O Grupo de Trabalho Técnico terá duração de cento e oitenta dias, contados da data da primeira reunião, prorrogável uma vez por igual período, por meio de ato do Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Não podemos nos esquecer que, quando analisamos a violência contra defensoras e defensores de direitos humanos, falamos de um processo de dupla vitimização, uma vez que essas pessoas e coletivos já sofreram anteriormente com a negação dos direitos pelos quais lutam.

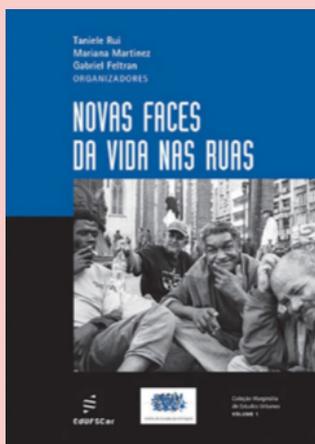
Sobre o tema, o NCDH atuou na elaboração do pedido de medida cautelar em favor do Padre Julio Lancelotti, defensor de direitos humanos, em decorrência das ameaças sofridas pela sua atuação pela proteção de direitos da população em situação de rua. Relembre a decisão em: <https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/pdf/2019/11-19MC1450-18-BR-pt.pdf>

Acesse [aqui](#) o relatório completo.



PARA VER, LER E OUVIR

PARA LER



[Confira aqui](#)



[Confira aqui](#)

PARA ASSISTIR

Programa "Perspectiva"

[Assista aqui!](#)

[Ouça aqui!](#)



PARA OUVIR



● REC



[Ouça aqui!](#)



[Ouça aqui!](#)



[Ouça aqui!](#)



EQUIPE DO NÚCLEO

Coordenação

Fernanda Penteado Balera
Surrailly Fernandes Youssef
Cecilia Nascimento Ferreira

Equipe Administrativa

Rafael Alves de Moura - oficial
Tatiane Medeiros Cruz - oficial

Defensoras/es Integrantes

Amanda Moniz de Abreu
Amanda Pilon Barsoumian
Antônio José Maffezoli Leite
Bruna de Cassia Teixeira Werneck
Cecília Nascimento Ferreira
Caio Jesus Granduque José
Daniel Guimarães Zveibil
Daniela Batalha Tretel
Davi Quintanilha Failde de Azevedo
Fernanda Dutra Pinchiaro
Fernanda Penteado Balera
Gabriela Mosciaro Padua
Marcelo Dayrell Vivas
Maria Thiago Moreira
Paulo Fernando Esteves de Alvarenga II
Renato Campos Pinto de Vitto
Surrailly Fernandes Youssef
Tatiana Belons Vieira
Vitor Ortiz Amando de Barros

Centro de Atendimento Multidisciplinar

Iara Mouradian Pedo - psicóloga
Wilherson Carlos Luiz - sociólogo

Estagiárias/os de Direito

Leticia Lopes Aguiar
Barbara de Oliveira Costa
Raquel Couto Nascimento
Nicole Venancio Michelin
Mariellen Milhomem Barros

Estagiárias de Pós-Graduação

Isabella Castro Machado

COMISSÃO DO BOLETIM

Isabella Castro Machado
Leticia Lopes Aguiar
Raquel Couto Nascimento
Mariellen Milhomem Barros